

**PEDIDOS DE DESCULPAS EM ERRATAS
DE UMA REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA:
UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO DAS FACES DE EDITORES**

David Harlyson P. da Silva (UFRN)

harlysonsilva@hotmail.com

Cleide Emília Faye Pedrosa (UFRN\UFS)

eliaspedrosa@uol.com.br

1. Introdução

Este trabalho é um recorte do projeto "Estudo discursivo das erratas na mídia impressa: interface entre análise crítica do discurso e pragmática", desenvolvido na UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EDITAL UFRN/PROGRAD/PROPESQ/PROEX No 02/2009; código: PIC _ 4143-2010). A errata é um recurso discursivo e social muito utilizado na mídia impressa; e como tal, pode ser considerado, direta ou indiretamente, um pedido de desculpas pelo erro cometido e divulgado. Pedido de desculpas, no campo da Pragmática, é um ato pelo qual o locutor tenta obter de seu destinatário o perdão por uma ofensa pela qual é, de algum modo, responsável. Entretanto vale ressaltar que este pedido se altera expressivamente de acordo com o evento comunicativo em que os interlocutores estejam envolvidos e o papel ou poder destes em uma sociedade ou instituição. Como proposta, esta pesquisa pretende atingir o seguinte objetivo principal: identificar que recursos linguísticos, discursivos e sociais são utilizados pelos locutores/editores para minimizar os erros cometidos e divulgados.

O suporte teórico para essa investigação busca uma interface entre os campos da Divulgação Científica e da Pragmática. A fim de verificar as convenções de polidez na mídia impressa, nosso corpus se constituirá de erratas divulgadas na revista *Ciência Hoje*.

Três contextos discursivos servem de base para essa investigação: primeiro – publicação das cartas dos leitores apontando os erros como forma indireta de assumir o erro; depois, pedidos de diretos dos editores em respostas a cartas dos leitores que apontam enganos

ou erros de edições anteriores; por último, retratação dos próprios editores por erros em outras edições.

1.1. Metodologia

A fim de verificar as convenções de polidez na mídia impressa, nosso corpus se constituirá de erratas divulgadas na revista de divulgação científica *Ciência Hoje (CH)*. Desse corpus, nos interessa o erros informacionais, advindos da linguagem verbal ou de outros signos imagéticos, por considerar que, no caso, o mais importante é observar de que forma o jornalista (não) conseguiu entender a informação científica pela qual era responsável para fazer a transmutação da linguagem para acesso do público em geral.

Três contextos discursivos servem de base para essa investigação:

- Primeiro, publicação das cartas dos leitores apontando os erros como forma indireta dos editores / jornalistas assumirem o erro;
- depois, pedidos de desculpas diretos dos editores em respostas a cartas dos leitores que apontam enganos ou erros de edições anteriores;
- por último, retratação dos próprios editores por erros em outras edições.

Destacamos que a coleta de material para atender nossa proposta não ficará limitada a anos de publicação do suporte em questão, o que nos interessa é levantar um corpus que atenda ao objetivo proposto, por isso, julgamos que a pesquisa não deva ser controlada por essas variáveis.

1.2. Objetivos

1.2.1. Gerais

Verificar as diversas estratégias linguísticas, discursivas e sociais (pedidos de desculpas indiretos, implícitos, entre outros) que são utilizadas pelos editores para proteger as ‘ faces’, ora a sua, ora a do jornalista que escreveu a matéria onde se identificou o erro e ora a da própria instituição, e como segundo passo, conferir as consequências de como esses erros influenciam leitores que tendem a considerar estes textos midiáticos como fonte de verdade absoluta.

1.2.2. específicos

- identificar que recursos linguísticos (tempos verbais, modalizadores, adjetivos, etc) são utilizados na correção dos erros divulgados;
- Identificar as estratégias discursivas utilizadas para substituir os erros;
- Apontar as os eufemismos utilizados para proteger a face da instituição ou do jornalista;
- Classificar os pedidos de desculpas como realizações diretas (explícitas) e indiretas (implícitas);
- Sub-classificar os pedidos explícitos em expressões performativas e enunciados no imperativo;
- Sub-classificar os pedidos implícitos em descrição de um estado de espírito condizente, justificativa e reconhecimento do erro;
- Apontar as consequências de se veicular informações erradas para um público seletivo, no caso das erratas em revistas de divulgação científica;
- Apontar os pedidos de desculpas como práticas discursivas e sociais.

1.3. Divulgação científica

O final do século XX e o início do século XXI são marcados pelo enorme avanço no campo da ciência. Como bem previu a profecia bíblica há 2700 anos atrás: “...muitos irão de uma parte para outra, e a ciência se multiplicará (Dn 12:4)”, a ciência se desenvolveu de maneira a transformar drasticamente a vida das pessoas. Muitos dizem que vivemos na “era da informação”, ou seja, o conhecimento antes restrito a um grupo de elite, hoje é difundido entre todas as pessoas, tornando-se um bem comum. Além disso, as pessoas têm buscado cada vez mais o acesso à informação, seja por entretenimento, desenvolvimento pessoal ou profissional. Nesse contexto, a mídia, mais especialmente os agentes divulgadores de ciência, surgem enquanto responsáveis por intermediar o contato do grande público com a ciência. São eles os responsáveis por fornecer aos leitores, ávidos por conhecimento a informação em linguagem clara, simples e objetiva; levam em consideração que o texto científico é de difícil compreensão para eles. Além disso, os textos de Divulgação Científica (doravante DC) procuram despertar a atenção e a curiosidade dos leitores a fim de criar vínculos com eles.

1.4. Definição

O propósito da divulgação científica é funcionar enquanto uma forma de difusão pedagógica de conhecimentos que procura colocar o saber ao alcance de todos. É um veículo importante para o avanço do saber, necessária à conservação da produção científica, sendo considerada então um bem comum.

A DC tem como desafio transmitir o conhecimento de modo “preciso e compreensível para o maior número de pessoas, sem simplificar ao extremo uma mensagem, o que poderia torná-la mentirosa. Para conseguir seu objetivo, é necessário esforço e competência cuja importância é frequentemente subestimada” (Comité consultatif national d'éthique pour les sciences de la vie, nº109, 2010). A DC funciona de modo a difundir o conhecimento, evitando assim que ele seja instrumento de poder por parte daqueles que o detêm.

1.5. O jornalista de DC

O jornalista que escreve ciência tem um papel importante, sobretudo na formação do seu leitor. Aquilo que ele escreve e a forma como o faz influencia diretamente na maneira como o leitor assimila a informação e desperta seu senso crítico.

Segundo Frota-Pessoa (2001), escrever sobre ciência para um grande público implica em utilizar uma linguagem simples, com frases curtas e sequência dos tópicos detalhando bem o assunto. É importante também ser objetivo, mostrando o aspecto mais importante do tema e o que isso tem a ver com seu leitor, de modo a despertar sua curiosidade e seu interesse pelo assunto. Ao deparar-se com um tema que pode despertar alguma controvérsia mesmo entre os cientistas, é interessante que o jornalista tente manter uma certa neutralidade (apenas uma certa, já que não existe neutralidade completa ao escrever, pois o próprio assunto que o jornalista escolhe para divulgar já é indicador de parcialidade); porém, por se tratar de uma atividade educativa em que o jornalista participa da formação de seu leitor, ele pode posicionar-se sobre o assunto, porém com embasamento suficiente para garantir a veracidade daquilo que está propondo. Como disse Einstein (*Apud* DUKAS; HOFFMAN, 1979, p. 35), “A

maioria dos livros sobre ciência (que se dizem destinados ao leigo) procura mais impressionar o leitor do que explicar clara e lucidamente os objetivos e métodos elementares.”

1.6. A linguagem da DC

Para fazer DC, é necessário transformar a linguagem técnica característica do meio científico em uma linguagem mais simples para atingir o público leigo. Entretanto, não basta simplesmente “traduzir” termos técnicos em palavras mais cotidianas ou decifrar idéias para interpretá-las para o leitor, mas é preciso mudar toda a forma do dizer, ou seja, mudar o discurso. Fahnestock (1993) faz uma análise de como acontece essa transformação de linguagem científica para linguagem não-científica. Para a autora, um texto pode ser classificado em 3 gêneros: deliberativo, que consiste em deliberar sobre questões particulares ou pessoais e é voltado para o futuro; demonstrativo, que são contituídos de elogios ou censurase tendo por base o tempo presente; e o judiciário, que faz avaliações sobre a causa de eventos passados e baseia-se no passado.

A partir dessa classificação, os textos científicos seriam do gênero judiciário, pois estão relacionados ao estabelecimento da validade das experiências realizadas. Os textos de DC seriam do gênero demonstrativo, pois comemoram (ou seja, elogiam) a possibilidade de resultados das experiências ao invés de tentar validá-los. Assim, percebe-se que os jornalistas passam ao leitor um grau de certeza maior sobre um evento do que os cientistas, causando exagero e imprecisão. Este é então uma das tarefas do jornalista: transformar um discurso judiciário em demonstrativo sem que haja uma alteração substancial que comprometa a verdade da mensagem. Para essa mudança de discurso, o jornalista faz uso de recursos linguísticos, como as substituições (troca de um termo especializado por um um sinônimo mais conhecido), paráfrases (comentários do jornalista sobre um termo ou uma noção com fins explicativos) metáforas e analogias.

1.7. A formação do jornalista de DC

Para divulgar ciência, é necessário que o jornalista de DC seja especializado em divulgação de ciência?

Segundo Assis (1990), talvez essa exigência não faça sentido, pois as habilidades que o jornalista precisa para cobrir ciência são outras: informar, levantar debate, gerar polêmica, conseguir que sua matéria vá para a primeira página, chamar a atenção. Para isso, não é preciso conhecer ciência, mas descobrir ciência através de curiosidade, oportunismo, desconfiança.

Contudo nossa pesquisa talvez prove o contrário. Pois se o jornalista tivesse uma formação ou especialidade para este tipo de jornalismo ou mesmo se tivesse um consultor na área não ocorreriam alguns dos erros que apresentaremos na análise.

1.8. A mídia e a DC

A mídia é o principal meio de divulgação da DC. Jornais, revistas, emissoras de rádio e tv são as soluções capazes de realizar uma divulgação em alta escala, atingindo o grande público de forma imediata e abrangente. Entretanto, DC e mídia têm propósitos diferentes: enquanto a primeira divulga ciência com fins pedagógicos, a outra cede seu espaço para divulgação com fins comerciais, ou seja, a mídia usa a DC para vender (e para lucrar). Assim, segundo Ivanisevich (1990), quem determina que notícias são veiculadas não é o cientista que quer divulgar seus resultados, mas o editor que precisa vender seu produto.

No momento em que o jornalista vai adaptar o texto científico de acordo com as normas da mídia, muitas alterações de sentido da mensagem pode acabar acontecendo. Por outro lado, a precisão da mensagem mas sem o caráter motivador à leitura adicionado pelo jornalista pode tornar o texto difícil e desinteressante. Assim, o leitor perde sua motivação pelo assunto e a mídia fracassa na venda de seu produto. Assim, só entram na edição as notícias que prometem as melhores vendas. O interesse da mídia é prender a atenção de seu cliente. Assim, investe-se mais na aparência do que no conteúdo, pois a aparência é o que rende maior audiência.

Originalmente, o papel da mídia é de entreter, divertir. O papel da DC é educar. São papéis de certa forma antagônicos que tentam achar um equilíbrio entre si pela dependência que têm um do outro.

Assim, o maior desafio da DC é simplificar a linguagem técnica de cientistas em uma linguagem mais simples e acessível ao grande público sem comprometer a qualidade e a veracidade da informação.

2. Um percurso histórico da pragmática

Desde o estabelecimento da Linguística enquanto disciplina de caráter científico, dedicada a estudar fatos e fenômenos da linguagem através de métodos de análise, várias correntes teóricas têm se instaurado no decorrer de sua história para melhor explicar fatos relacionados à linguagem. Começando com o estruturalismo de Ferdinand de Saussure, a linguística começa, por volta da década de 1920, a questionar como o todo de uma língua é constituído, quais as partes que o integram, como eles se combinam e como se opõem (BRAGANÇA, 2006).

Mas como explicar a capacidade mental que todos os falantes têm em comum para construir enunciados? Assim, surge o gerativismo, ocupando-se de novos questionamentos levantados em meados do século XX., o que não significa que houve em ruptura de um período para outro, mas sim um passo à frente dado pela Linguística.

Vão surgindo então novas correntes, tentando preencher lacunas deixadas pelas correntes precedentes, buscando respostas para novos questionamentos levantados, adotando novos métodos para alcançar novos objetivos. É nesse contexto que a pragmática surge, por volta da década de 1960, como uma nova corrente teórica da linguagem.

Assim como uma corrente teórica que sucede outra traz novidades para dentro do campo de estudo de uma determinada ciência, a pragmática traz inovações à área de estudos da linguística. A linguagem deixa de ser estudada apenas como elemento abstrato e passa a

ser visto como algo “palpável”, analisada não apenas dentro de si mesma mas baseada em situações reais de uso de seus falantes. Dentro desse novo olhar da linguagem, dois filósofos da linguagem destacam-se pela relevância de seus trabalhos: o primeiro é o inglês John Langshaw Austin com sua obra *How to do things with words*, traduzido para o português em *Quando dizer é fazer*. Contrariando o pensamento de que um enunciado apenas descreve um fato, podendo ser esse enunciado verdadeiro ou falso, Austin inaugura a teoria dos Atos de Fala propondo que é possível realizar um ato apenas ao pronunciar tal enunciado, ou seja, os enunciados não são apenas *constativos*, mas podem ser também *performativos*. Quando alguém diz “Eu declaro aberta a sessão”, ela não está descrevendo coisa alguma, mas executando a ação de abrir a sessão pelo simples ato de falar. Entretanto, há certas condições para que um ato performativo tenha sucesso, que são chamadas de *Condições de Sucesso ou de Felicidade*. Uma sessão só pode ser aberta por alguém que seja capacitado e autorizado a fazê-lo, como um Juiz, por exemplo. Jamais, ao dizer “Eu declaro aberta a sessão”, um réu poderá declarar uma sessão aberta. Na oitava conferência de *Quando dizer é fazer*, Austin (*apud* ORECCHIONI, 2005) introduz a distinção de três tipos de atos:

- Ato locutório: é o simples ato de dizer alguma coisa, é emitir sons e palavras que constituem um enunciado.
- Ato ilocutório: é o ato efetuado ao se dizer alguma coisa com um objetivo
- Ato perlocutório: é o efeito causado no interlocutor pelo fato de se dizer alguma coisa.

Outro precursor da teoria dos Atos de Fala, que ganhou destaque dentro dos estudos da pragmática, foi o americano John Rogers Searle (1981). Tomando como referência os trabalhos de Austin, Searle se ocupa sobretudo com os atos ilocutórios, propondo para estes a seguinte distinção:

- Assertivos: compromete o locutor sobre a veracidade de uma proposição.
- Diretivos: corresponde à tentativa do locutor, em diferentes graus, de obter algo do seu auditor.
- Promissivos: obriga o locutor, mais uma vez em diferentes graus, a adotar uma conduta futura.
- Expressivos: exprime o estado psicológico do locutor.
- Declarações: modifica um estado institucional, como declarar uma guerra, por exemplo.

É interessante observar, porém, que a pragmática pode ser caracterizada, segundo Latraverse (1987), como um campo de estudos aberto, possuindo várias definições. Entre as décadas de 1960 e 1970, a idéia que se tem de pragmática é tão vasta que pode ser encontrada orientações bastante divergentes. Latraverse aponta a concepção de alguns autores de destaque no campo dos estudos linguísticos, como Chomsky (1969) e Bar-Hillel (1971), que chegam a apresentar a pragmática como “lixo”. Também entre os autores citados, Collin Cherry (1966) inclui a pragmática como um campo de estudos da semiótica, quando a classifica como o “estudo dos signos e suas relações com os usuários (LATRAVERSE, 1987, p. 23, tradução nossa-TN)”¹. Já Georg Klaus (1974, *apud* LATRAVERSE, 1987) apresenta a pragmática como uma forma de amenizar as carências de uma abordagem exclusivamente linguística no meio dos estudos psicológicos e sociológicos, afirmando que a disciplina que estuda as relações psicológicas e sociológicas se chama pragmática. Ele ainda define o papel da pragmática como sendo o “tratamento de problemas atuais de propaganda (no sentido político) e de descontentamento social (TN)”², enquanto que Cherry (cf LATRAVERSE, 1987) propõe “o estudo da eficácia da informação (no sentido de Shannon-Heaver) um exemplo paradigmático de pesquisas pragmáticas (TN)”³.

Mesmo com concepções tão distantes, há um denominador comum que define uma característica a da pragmática: ele está, desde suas origens, ligada aos aspectos empíricos da linguagem. Entretanto, nunca se conseguiu propor à pragmática uma identidade definida, mas sempre houve um engajamento que se propôs a lhe conceder um status de empirismo e separá-la das abordagens teóricas da linguagem (LATRAVERSE, 1987, p. 25).

¹ La pragmatique (étudie) les signes et leurs relations aux usagers (LATRAVERSE, 1987, p. 23).

² Klaus peut ainsi la partie pragmatique de la sémiotique au service du traitement ‘de certains problèmes actuels de propagande et d’agitation’ (LATRAVERSE, 1987, p. 24).

³ Cherry poursuit son propos en mentionnant l’étude de l’efficacité de l’information (au sens de Shannon-Heaver) comme un exemple paradigmaticque de recherches pragmatiques (LATRAVERSE, 1987, p. 24).

2.1. Os atos de fala

Um ato de fala é um meio utilizado por um falante para agir sobre seu interlocutor através de suas palavras: ele procura informar, encorajar, solicitar, persuadir, prometer, ou seja, interagir com seus interlocutores neste sentido. esta teoria foi desenvolvida por John L. em Austin quando *dizer é fazer* (1962) e desenvolvida por John Searle (1981). Ela insiste no fato de que além do conteúdo semântico de uma afirmação (o seu significado lógico, independente do contexto real), um indivíduo pode se dirigir a um outro na idéia *de* fazer algo, ou seja, transformar as representações das coisas e dos objetivos dos outros, em vez de apenas *dizer* uma coisa: isso é chamado de estado performativo, em contraste com um estado constatativo. Ao contrário do último, este não é verdadeiro nem falso.

Podemos, então, modelar o ato de fala como qualquer outro tipo de ato: ele tem uma finalidade (também chamado de intenção comunicativa), um pré-requisito, um corpo (isto é, realização) e efeito. Segundo Searle (1987, p. 26), “falar uma língua é executar actos de fala, actos como; fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas, etc., e, num domínio mais abstracto, actos como; referir e predicar.” Sendo assim, o autor propõe que existem diferentes tipos de atos de fala, que são geralmente classificados de acordo com sua finalidade: citar, informar, entrar, dar um exemplo, ordenar, lamentar, argumentar, refutar, pedir licença, aconselhar, distinguir, excitar, exagerar, ironizar, minimizar, ridicularizar, tranquilizar, corrigir, entre outros. Por exemplo, a intenção da declaração "soube que você conseguiu seu diploma" pode ser elogiar o destinatário, de pedir desculpas por ter duvidado de seu sucesso, ironizar por um sucesso tardio, ou simplesmente informar o assunto relatado. O contrário também é verdadeiro, pois “para cada acto de fala existe uma frase possível ou um conjunto de frases possíveis cuja enunciação literal num contexto particular constitui a realização desses actos de fala” (SEARLE, 1987, p. 30). Para exemplificar, se alguém quer pedir desculpas a outra pessoa, pode usar frases como “desculpe-me”, “foi sem querer”, “sinto muito”.

Essa característica dos atos de fala implica que sempre pode haver um “não-dito” em cada enunciado proferido, pois “o que di-

zemos significa mais do que realmente dizemos (SEARLE, 1987, p 30)”. Assim, um ato de fala cumpre com seu papel enunciativo, pois

Mesmo que nós não digamos exactamente o que queremos dizer, é sempre possível fazê-lo; e, se por acaso, o nosso interlocutor não nos compreender haverá sempre esta possibilidade. Mas sucede que, muitas vezes nós não temos capacidade para dizer exactamente o que queremos, ainda que nós gostássemos de fazê-lo, porque não conhecemos suficientemente bem a língua (se nós estivéssemos a falar espanhol, por exemplo), ou, ainda pior, porque a língua pode não conter palavras ou construções para dizer o que queremos dizer (SEARLE, 1987, p. 30).

Vemos no precursor da teoria dos atos de fala, John L. Austin, a mesma afirmação de que a linguagem serve para para executar ações. Austin baseia sua teoria da linguagem e sua utilização na análise de certas afirmações *positivas*, na primeira pessoa do singular do presente indutivo, na voz ativa; declarações que, segundo a o autor, apesar de sua forma gramatical, não descrevem nada (e, portanto, não seria nem verdadeiro nem falso), mas corresponde à execução de uma ação.

A teoria dos atos de fala se fundamenta, portanto, na oposição à concepção descritivista da linguagem, que significa que a linguagem tem por principal função descrever a ‘realidade’ (ou mesmo constituir esta realidade) e que as afirmativas são sempre verdadeiras ou falsas. Segundo a teoria dos atos de fala, pelo contrário, a função da linguagem é influenciar a realidade e permitir que uma pessoa que produz uma declaração realizar assim uma reação.

2.2. Atos constativos e performativos

Austin considera dois tipos de enunciados assertivos: aqueles que descrevem o mundo e aqueles que executam uma ação, como os exemplos abaixo (ORECCHIONI, 2005):

- (1) Eu abro a porta.
- (2) Declaro aberta a sessão.

Assim sendo, (1) é constativo , enquanto (2) é performativo. A primeira pode receber um valor de verdade: o enunciado é verdadeiro se e somente se o gato está sobre o tapete. O último não pode

receber valor de verdade. No entanto, eles podem ser felizes ou infelizes; o ato pode ter sucesso ou falhar e, assim como os valores de verdade atribuídos aos enunciados constativos dependem das condições de verdade que lhes são inerentes, a felicidade de um enunciado performativo depende de suas condições de sucesso ou de felicidade.

Entretanto, Austin se depara com um problema: atos performativos podem ser expressos mesmo que não se profira palavra alguma relacionada ao ato que executam. É o caso dos exemplos propostos por Silva (2010) em seu trabalho *A teoria dos atos de fala*, como *Curva perigosa* e *Virei amanhã*, que podem equivaler, implicitamente, a *Eu te advirto que a curva é perigosa* e *Eu prometo que virei amanhã*. Pode também ocorrer com os imperativos, como *Feche a porta*, em que também há uma ato performativo implícito (*Eu ordeno que você feche a porta*). Para resolver essa questão, Austin (*Apud SILVA, 2010*) postula então que todo ato de fala é ao mesmo tempo locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Tomando mais uma vez os exemplos de Silva em *Eu prometo que estarei em casa hoje à noite*, há o ato locucionário, pois cada elemento linguístico que compõe a frase é expresso. O ato ilocucionário é expresso no momento em que se enuncia essa frase, pois o ato de dizer também é, nesse caso, um ato de promessa. Enfim, o ato perlocucionário corresponde aos efeitos produzidos pelo enunciado, que, nesse caso, pode ser de ameaça, de agrado ou de desagrado.

2.3. As condições de sucesso ou de felicidade

As condições da felicidade depende da existência de procedimentos convencionais implementados adequada e integralmente, (como em um casamento, batismo, etc.), dos estados mentais adequados ou inadequados do falante, do fato de que o comportamento do falante e do ouvinte está cumprindo com os requisitos relacionados ao ato de fala realizado. Orecchioni (2005, p. 39) define condições de sucesso como “as condições que devem ser reunidas para que seu valor ilocutório tenha alguma chance de se realizar perlocutoriamente”. No exemplo *Feche a porta*, as condições de sucesso para que essa ordem se realize são:

- O estado das coisas: que a porta exista e que ela não esteja fechada no momento da enunciação do ato;
- O locutor: que ele seja alguém autorizado a dar ordens;
- O destinatário: que ele tenha capacidade mental e física para executar a ordem.

2.4. Atos diretos e indiretos

Em uma análise sobre a Teoria dos Atos de Fala proposta por tanto por Austin e como por Searle (1979, *apud* SILVA, 2010), os dois autores afirmam que existe atos diretos e indiretos. Um ato de fala é direto quando realizado através de construções linguísticas típicas daquele tipo de ato, como, por exemplo, usar a entonação da voz para fazer perguntas (que horas são?), usar verbos no imperativo para expressar ordens ou pedidos (*desligue o computador, vá mais devagar, me passe o sal*), ou verbos no futuro do pretérito para expressar polidez (*Você gostaria de mais uma taça de vinho? Poderia me fazer um favor?*). Um ato de fala é indireto quando realizado através de construções linguísticas típicas de outro tipo de ato, ou seja, dizer uma coisa com intenção de expressar outra, como, por exemplo, em *Como está quente aqui dentro!* (constata-se o calor, mas ao mesmo tempo pede-se para que alguém abra uma janela ou ligue o ar-condicionado).

2.5. Atos ilocucionários

Segundo Orecchioni (2005, p. 27), Austin e Searle consideram que todo enunciado funciona como um ato de fala particular, produzindo um certo efeito e modificando de certa forma a situação interlocutiva. É o que Searle chama de “força ilocutória”. Para exemplificar, tomemos o exemplo trazido por Searle (1984):

- (1) João fuma muito.
- (2) João fuma muito?
- (3) Fuma muito, João!
- (4) Oxalá João fumasse muito!

Embora tenhamos o mesmo objeto (João) e o mesmo predicado (fuma muito e suas inflexões), temos, entretanto, quatro atos de falas diferentes: asserção, pergunta, ordem e expressão de um voto, respectivamente. Assim, “Se considerarmos a noção de acto ilocucional é preciso também considerar as consequências ou *efeitos* que estes têm sobre as acções, pensamentos, ou crenças, dos ouvintes (SEARLE, 1987, p. 37)”.

2.6. Pedidos de desculpa

Dentro de todos os atos de fala, o que destacaremos nesse trabalho é o pedido de desculpas, especialmente aqueles feitos por editores de revistas de divulgação científica em sua erratas. Segundo Orecchioni, um pedido de desculpa é o “ato pelo qual um locutor tenta obter de seu destinatário que este lhe conceda o perdão por alguma “ofensa” pela qual ele é, por alguma razão, responsável, ao seu ver (2005, p. 140)”. É o exercício da polidez afim de preservar amigavelmente a interação entre seus participantes. O pedido de desculpas se encaixa na categoria que Searle chama de atos de fala expressivos, pois exprimem um estado psicológico do locutor. (ORECCHIONI, 2005, p. 139).

Entretanto, pedir desculpas não significa necessariamente que quem a pede sente algum tipo de pesar, pois “pode-se muito bem exprimir sua ‘desolação’ sem, no entanto, se desculpar” (ORECCHIONI, 2005, p. 139). Chega-se a conclusão então que um pedido de desculpa é um ato de fala cuja “fórmula é *polissêmica*, ou seja, exprimindo seja um arrependimento (no caso de responsabilidade so locutor), seja uma simples comiseração enfática (em caso de não-responsabilidade desse mesmo locutor)” (ORECCHIONI, 2005, p. 139-140). Assim, um pedido de desculpas serve não apenas para explicitar um estado de espírito, mas também para agir sobre seu interlocutor.

Abaixo, segue uma tabela baseada na classificação que Orecchioni faz dos pedidos de desculpas em diretos e indiretos (2005, p. 145).

Pedidos de desculpas diretos	
Expressões performativas	Enunciados no imperativo

“peço-lhe perdão (por este incidente)” “dirigo-lhe (todas) as minhas desculpas” “apresentamos-lhe nossas desculpas” “pedimos-lhe que aceite nossas desculpas” “perdão” “minhas desculpas” “eu me desculpo”		“perdoe-me” “desculpe-me” “queira me desculpar”
Pedidos de desculpa indiretos		
Descrição de um estado de espírito condizente	Justificação da ofensa	Reconhecimento do erro
“Sinto muito (realmente)/fiquei chateado/confuso/desconcertado”	Desculpa implícita ao explicar os motivos da ofensa: “ <i>Os engarrafamentos estavam incríveis</i> ” = desculpe-me por estar atrasado	Reconhecimento explícito do erro cometido, pedindo perdão implicitamente (<i>Estou atrasado</i>).

QUADRO 1: Pedidos de desculpas diretos e indiretos (Orecchioni, 2005)

Percebe-se que há níveis de intensidade ao se fazer pedidos de desculpa; eles podem ser formulados com mais ou menos “força”. No exemplo a seguir, percebe-se o grau de maximização do pedido, com o acúmulo dos diferentes procedimentos mencionados acima: “Desculpe-me, estou atrasado, havia um engarrafamento terrível, sinto muito mesmo!” (ORECCHIONI, 2005, p. 147)

É interessante observar que o pedido de desculpa deve ser proporcional à ofensa cometida, observando o princípio de equilíbrio na interação.

2.7. A teoria das faces

Para identificar como pessoas “se protegem” ou “protegem o interlocutor” em uma interação, Penelope Brown e Stephen Levinson (1978) formularam A teoria das faces. Segundo os autores, Face é a auto-imagem que cada pessoa tenta projetar para os outros; é uma característica das interações existente na cultura humana. Ao participarem de uma conversa, as pessoas entram em um jogo de proteção das faces negativa (o desejo de liberdade de agir/de que seus atos não sejam impedidos pelos outros; estar livre de imposições) e positiva (o desejo de ser aceito, admirado, amado, não ser ignorado. Faz referência a auto-estima). Marcotulio e Souza (2010) descrevem face ne-

gativa como sendo “o conjunto dos territórios do ‘eu’ (território corporal, espacial, temporal, bens materiais ou simbólicos)” e a face positiva “o conjunto das imagens valorizadas de si mesmos que os interlocutores constroem e tentam impor na interação”.

Os dois aspectos da face são necessidades básicas em qualquer interação social. Entretanto, todos os atos que somos levados a produzir na interação são, inevitavelmente, “ameaçadores” a uma e/ou à outra face dos interlocutores, opondo-se aos desejos e anseios do outro, o que Brown e Levinson (apud Marcotulio e Souza, (2010) chamam de *Face Threatening Acts*, ou Atos ameaçadores à face (FTAs). Os autores propõem a seguinte classificação para os FTAs:

FTAs negativas: ocorrem quando alguém impede a liberdade de agir do outro. Um dos interlocutores se submete à vontade do outro. Podem causar danos tanto para o falante (promessas, pelas quais empenhamo-nos em fazer, em um futuro próximo ou distante, qualquer coisa que evite lesar o nosso próprio território) como para o ouvinte (ofensas, agressões, perguntas “indiscretas”, pedidos, solicitações, ordens, proibições, conselhos e outros atos que são, de alguma forma, contrários e impositivos).

FTAs positivas: ocorrem quando alguém não se importa com os sentimentos e desejos do outro, ou simplesmente não há uma preocupação com o bem-estar do outro. Também podem causar danos ao falante (confissões, desculpas, autocríticas e outros comportamentos auto-degradantes) e ao ouvinte (críticas, refutações, censuras, insultos, escárnios e outros comportamentos vexatórios).

As faces são alvo de ameaças permanentes e objeto de um desejo de preservação. Assim, os participantes de uma interação procuram cooperar para que suas faces e as dos outros sejam preservadas através de estratégias de polidez, um meio de conciliar o desejo mútuo de preservação das faces.

3. *A revista ciência hoje e os erros informacionais: um jogo de preservação de faces*

A revista *CH* desfruta de um grande prestígio no âmbito nacional, sendo utilizada em diferentes contextos, atendendo desde o

Cadernos do CNLF, Vol. XIV, Nº 2, t. 2

leitor leigo aos pesquisadores acadêmicos, inclusive de pós-graduação. Esse fato foi constatado através de cartas enviadas pelos leitores à redação da revista, em que a elogiam pela competência do trabalho realizado na área da divulgação científica.

Na seção *Cartas*, temos inúmeras publicações de textos dos leitores parabenizando a revista pela qualidade das matérias. O público-alvo, em boa parte das vezes, é de especialistas, como nos exemplos a seguir:

3.1. Exemplo 1: Direito carente

Agradeço ao CNPq por ter acesso á CH, como bolsista de iniciação científica. Para firmar a ambiência em pesquisa, é de grande importância que possamos saber sobre os diversos meios científicos, principalmente para acadêmicos como eu, de instituição do interior do país. (...)

G.A.P.V.

Universidade do Mato Grosso – UNEMAT

Cárceres, MT

(*CH* Junho de 2007, p. 79)

3.2. Exemplo 2: Leitura e pesquisa

Primeiramente, gostaria de parabenizar essa revista, tão amplamente difundida no meio acadêmico e atualizada em todas as áreas do conhecimento. Gostaria de agradecer por esse incentivo à leitura e à pesquisa. Sou acadêmica de ciências biológicas, trabalho como bolsista no Laboratório de Estresse Oxidativo e Antioxidantes da UCS e me sinto privilegiada por receber a CH em meu endereço.

C.S.B.

Caxias do Sul, RS

(*CH* Junho de 2007, p. 79)

3.3. Exemplo 03: Faz a diferença

Sou bolsista de iniciação científica na Universidade Federal de Pernambuco. Gostaria de parabenizar a CH e o CNPq pela parceria que só

veio contribuir para enriquecer a formação profissional de muitos estudantes do país. Estou gostando muito das edições da revista e acredito que iniciativas como essa podem fazer a diferença nas nossas pesquisas.

E. A. S. de S.

Recife, PE

(*CH* maio de 2007, p. 79)

3.4. Exemplo 04: Atitude de valor

Gostaria de agradecer ao CNPq e a todos da revista pelo grandioso enriquecimento intelectual e cultural que estão proporcionando a mim, presenteando-me com a assinatura anual da *CH*. É de extremo valor tal atitude, pois permite que muitos de nós, estudantes de ensino superior e ingressando na 'vida científica', tenham um conhecimento maior do mundo científico, ampliando nossas carreiras (...).

C.B.C

São Paulo, S P

(*CH* maio de 2007, p. 79)

3.5. Exemplo 05: Nomes Científicos

Gostaria de parabenizar enormemente toda a equipe da *CH* pelo excelente trabalho realizado! Sou bióloga, mestre em botânica, e este já é o segundo ano em que assino a revista. Vocês estão produzindo, de longe, a melhor revista de divulgação científica do Brasil e realizando um grande trabalho de educação!

T.E.A

Departamento de botânica,

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, MG

(*CH* n° 249, p. 78)

Por ser considerada uma revista de tamanha importância, é interessante observar como ela trata as informações nela veiculadas, pois, por conter artigos de cunho científico, pode colocar em risco pesquisas que tomam a *CH* como fonte confiável de consulta.

O levantamento feito revelou que os leitores são a maior fonte de “correção” das informações, apontando erros informacionais relevantes que encontraram ao ler artigos de edições anteriores da revista. Eles são, inclusive, o maior responsável pela revisão dos textos, pois o número de cartas encontrado no *corpus* informando à revista tais erros é maior do que a publicação de erratas pela própria revista. Esse fato nos permite chegar à conclusão de que a redação da revista “aproveita” as cartas dos leitores enquanto erratas, atribuindo-lhes a responsabilidade da correção das informações.

Entretanto, atribuir às cartas dos leitores o valor de erratas torna-se ineficaz, pois verifica-se também que nem todos os leitores leem esta seção da revista, o que torna nulo o esforço da redação em corrigir um erro informacional pela qual ela é responsável.

3.6. Estratégias utilizadas para proteger as faces

Mais que um simples ato de polidez, o pedido de desculpa é um ato de fala que o locutor usa para “desfazer” ou “amenizar” os efeitos de um erro cometido e pelo qual é responsável. Entretanto, segundo a teoria das Faces proposto por Brown e Levinson (1978), os participantes de uma interação estão sempre em um jogo de preservação das faces. Nesse caso, observaremos dois fenômenos dentro desse jogo:

- o Ato Ameaçador à Face (FTA), que são os enunciados que poem em xeque a preservação da face;
- e a ameaça à face positiva – que faz referência ao desejo de ter sua imagem apreciada, de ser aceito.

Verificaremos, então como:

- os leitores apontam as correções, causando um FTA à face positiva da *CH*;
- os redatores da revista utilizam o pedido de desculpas para protegerem sua face positiva, num esforço para assegurar a credibilidade da revista.

Faremos a seguir uma breve análise de como a revista faz o processo de revisão de informações erradas publicadas em edições anteriores e, ao mesmo tempo, protegem suas faces.

3.6.1. Exemplo 06: Estações do ano

Cadernos do CNLF, Vol. XIV, Nº 2, t. 2

Em primeiro lugar gostaria de parabenizar a revista pela qualidade e relevância das informações. Em um mundo imerso e influenciado pela internet e outras publicações (onde infelizmente temos, muitas vezes, informações erradas, tendenciosas e preconceituosas) a CH e a CHC são geralmente duas fontes seguras de informação científica. Este é, aliás, um argumento que uso constantemente ao indicar essas revistas aos meus alunos. Por isso, foi com pesar que li, na edição 245, a resposta de Ilvan S. de Oliveira que diz ser a translação a origem das estações do ano, erro até há pouco tempo comum em livros didáticos (...). Na verdade, é a inclinação do eixo da Terra (com o movimento de translação) que causa as estações. Sem essa inclinação, teríamos apenas o passar do ano com o movimento supracitado.

P.H.M

Piraquara, PR

(CH nº 248, p. 78)

3.6.2. *Resposta do editor:*

O leitor está correto. De fato, as estações do ano decorrem da associação entre a translação e a inclinação do eixo do planeta. Isso está implícito em outro trecho do texto, onde é dito que, quando a inclinação do eixo da Terra é maior, os invernos são mais frios e os verões mais quentes – ou seja, as estações dependem dessa inclinação.

Nesta ocorrência, o leitor, após parabenizar a revista pelo trabalho realizado, chama sua atenção por ter publicado uma matéria com uma informação errada: o fato de a causa das mudanças de estação serem provocadas pelo movimento de translação da terra, quando a causa correta seria a inclinação do eixo da terra. Verifica-se que o enunciado proferido pelo leitor “*Por isso, foi com pesar que li,...*” constitui-se em um FTA à face positiva da revista. Em resposta, ao se desculpar pelo erro, a revista utiliza o enunciado “*O leitor está correto*” ao invés de “*Nós estamos errados*”: a revista assume o erro indiretamente para não colocar sua própria face positiva em jogo. Entretanto, para amenizar a situação, ela tenta defender sua face, quando diz que “*Isso está implícito em outro trecho do texto*”. Nesse jogo de faces, verifica-se que a revista, mesmo assumindo o erro de forma indireta, procura amenizá-lo de forma a não ser prejudicada.

3.6.3. *Exemplo 07: Crédito de figura*

Gostaria de pedir uma errata sobre o crédito da figura 1 do artigo ‘Fechando o cerco’ (CH 246, p. 63). A figura é de fato adaptada do livro

How to know the immature insects (1992), de Chu e Cutkomp, mas foi idealizada pela doutora Patrícia Jaqueline Thyssen.

L.G

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, RJ

(CH nº 248, p. 78)

No exemplo acima, o que chama a atenção não é um erro informacional, mas o leitor pedindo a revista que os créditos de uma figura sejam dados para a pessoa certa, fato que passou despercebido pela redação da revista. Essa ocorrência é uma prova de que o leitor acaba sendo de fato o maior responsável pela correção dos erros cometidos pela revista e que seu leitor é um indivíduo especializado, como este que faz parte da Fundação Oswaldo Cruz. O enunciado “*Gostaria de pedir uma errata*” representa um ataque à face da revista, pois pede que ela se desculpe por tal erro.

3.6.4. *Exemplo 08: Archeas*

Olá, CH! Curso graduação em ciências biológicas e vi-me tentado a comentar o texto intitulado ‘Uma segunda chance’ (CH nº 245). O texto afirma que as archaeas surgiram em torno de 3,5 bilhões de anos passados (ou seja, são muito antigas) e que “podemos especular, sem muito medo de errar, que as arqueas foram as células que deram origem, na Terra, a todas as outras formas de vida”. (...) Tais organismos seriam, na verdade, uma derivação de um grupo já muito derivado de bactérias (actinobactérias, mais especificamente). (...) Segundo Cavalier-Smith, bactérias verdes fotossintetizantes não-sulfurosas (clorobactérias), e não arqueas, são raízes mais prováveis para a árvore da vida. (...) Mais detalhes podem ser encontrados, sinteticamente, em *Rooting the tree of life by transition analyses* (2006) e *Cell evolution and Earth history: stasis and revolution* (2006), ambos de Cavalier-Smith.

P.A.C.L.P.

Manaus, AM

(CH nº 248, p. 78)

3.6.5. *Resposta do autor:*

O autor do texto citado, Franklin D. Rumjanek, responde: O leitor tem razão. Na verdade, os seres mais antigos teriam sido os ancestrais

comuns que deram origem a bactérias, archaeas e eucariotos. O que eu queria transmitir era a idéia de que organismos que viveram em condições que se imagina tenham prevalecido na Terra primitiva contribuíram, como precursores, para todo o resto. A trajetória da descoberta das archaeas é bem narrada no livro *The third domain* (2007), de Tim Friend, ainda sem tradução em português.

Mais uma vez, temos a ocorrência de um leitor especializado informando que as bactérias deram origem à vida no planeta, e não as archaeas, como afirmou a matéria. Este leitor utiliza recursos linguísticos a fim de apontar tais erros de maneira mais indireta possível: o enunciado “*vi-me tentado a comentar o texto*” sugere uma tentativa de preservar a face da revista, quando outras possibilidades poderiam ser usadas, como “*gostaria de informar que tal afirmação não é verdadeira*” ou “*há um erro no artigo*”, por exemplo. Em outra passagem, após citar o erro no texto original, ele complementa: “*Tais organismos seriam, na verdade, uma derivação de um grupo já muito derivado de bactérias*”. Este enunciado, ao utilizar as palavras *seriam, na verdade*, desmentem a informação dada pela revista, constituindo-se em uma não-aceitação, ou seja, um ataque à face positiva da revista, porém de forma modalizada. Outra passagem semelhante está no enunciado “*bactérias (...), e não archaeas*”, quando o não funciona como outro ataque à face da revista.

Na resposta, acontece um fato interessante: dessa vez a revista repassa a responsabilidade do erro para o próprio autor da matéria, Franklin D. Rumjanek, em lugar de assumir o erro, como normalmente acontece. Essa atitude constitui-se de uma estratégia de proteção de face, pois o autor do texto funcionaria como um “produtor independente”, assumindo completa responsabilidade pelo conteúdo publicado, isentando a revista de culpa. Entretanto, o autor não é um jornalista convidado, como se supõe, mas é um dos diretores do Instituto Ciência Hoje. Mais uma vez, a expressão “*O leitor tem razão*” é usada para amenizar o erro cometido. Para justificar o erro, o autor complementa que “*o que (ele) queria transmitir era a idéia de que (tais) organismos (...) contribuíram, como precursores, para todo o resto*”, utilizando um pedido de desculpa indireto que Orecchioni (2005) classificou como “*descrição de um estado de espírito condizente*”.

4. Conclusão

A CH, por ser consideradas por muitos leitores como uma fonte confiável de consulta e pesquisas de nível acadêmico, quando publicam com erros podem comprometer a formação do leitor e resultados de suas pesquisas. Assim, entendemos que cabe ao jornalista uma maior preocupação com as informações repassadas, principalmente, por se tratar de textos de divulgação científica.

Esta pesquisa demonstrou que ao publicar erratas corrigindo as informações, o jornalista utiliza pedidos de desculpas indiretos com intuito de amenizar os efeitos dos erros cometidos, mas o faz por necessidade de preservar sua face e assegurar a credibilidade da revista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, Kent. *Speech Acts. Routledge Encyclopedia of Philosophy*. <http://online.sfsu.edu/~kbach/spchacts.html>. Acesso em julho/2010.

BRAGANÇA, marcela Lacerda. Estratégias de (des) construção de face em entrevista política. UERJ: Rio de Janeiro, Cadernos do X Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Série X, Número 12. Acesso em 18/07/2010.

BROWN, Penelope e LEVINSON, Stephen C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DUKAS, H. & HOFFMAN, B. Albert Einstein. In: _____. *Einstein: o lado humano*. Brasília: UnB, 1979.

GREEN, Mitchell. *Speech Acts. Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/speech-acts>. Acesso em: julho/2010.

LATRAVERSE, François. *La pragmatique: histoire et critique*. Bruxelles : P. Mardaga, 1987.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Os atos de linguagem no discurso*. Tradução de Fernando Afonso de Almeida e Irene Ernest Dias. Niterói: EdUFF, 2005.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; SOUZA, Sabrina Lima de. A teoria da polidez de brown e levinson aplicada ao português brasileiro: desafios e propostas. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/ixsenefil/anais/07.htm>. Acesso em: agosto/2010.

SEARLE, John R. Os actos de fala. Tradução de Carlos Vogt. Coimbra: Almedina, 1984.

SILVA, Gustavo Adolfo da. Teoria dos atos de fala. <http://www.filologia.org.br/viiiifelin/41.htm>. Acesso em julho/2010.

SMITH Barry. *Towards a History of Speech Act Theory*. <http://ontology.buffalo.edu/smith//articles/speechact.html>. Acesso em: julho/2010.